

A Luta pela República e Democracia no Brasil

DO DESCOBRIMENTO À REVOLUÇÃO DE 1930

2022 • Volume 4

Edson Simões

A LUTA PELA REPÚBLICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

DO DESCOBRIMENTO À REVOLUÇÃO DE 1930 – VOLUME 4

© Almedina, 2022

AUTOR: Edson Simões

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556274867

Março, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Simões, Edson

A luta pela República e democracia no Brasil :
do descobrimento à revolução de 1930, volume 4 /
Edson Simões. – 1. ed. – São Paulo : Almedina,
2022.

Bibliografia

ISBN 978-65-5627-486-7

1. Antropofagia 2. Brasil – Política e governo
3. Democracia – Brasil 4. Direito 5. República –
Brasil I. Título.

22-98351

CDD-320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política e governo 320.981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 15

CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

– A FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DE PORTUGAL 25

1.1 Origens e evolução de Portugal 25

1.1.1 Localização e ocupação..... 25

1.1.2 A dinastia de Borgonha (1140-1385) – a organização de Portugal
– características..... 26

1.1.3 A sociedade 28

1.1.4 A ordem política..... 30

1.1.5 Dinastia de Avis (1385-1580) – a burguesia, a expansão
ultramarina e o absolutismo..... 31

1.1.5.1 Escola de Sagres e as grandes navegações 32

1.1.6 O Vaticano como árbitro internacional – as Bulas 37

CAPÍTULO 2 – PORTUGAL: DESCOBRIMENTOS, A COLONIZAÇÃO

DO NOVO MUNDO E A REPÚBLICA (SINOPSE) 41

2.1 Consequências gerais das grandes navegações e dos descobrimentos 41

2.2 A expansão marítima de Portugal 42

2.3 O domínio espanhol (União Ibérica) e a Restauração 44

2.4 A República portuguesa 45

CAPÍTULO 3 – O DIREITO PORTUGUÊS – REFLEXOS NO BRASIL..... 53

3.1 Introdução..... 53

3.2 Os forais – miniaturas de Constituição..... 56

3.2.1 Câmaras e Concelhos 58

3.3 Leis Gerais 59

3.4	Ordenações	59
3.4.1	Ordenações Afonsinas	60
3.4.2	Ordenações Manoelinas	63
3.4.3	Ordenações Filipinas	64
3.4.3.1	O Código Filipino após a Restauração (1640)	65
3.5	Estrutura judicial, legislação e jurisprudência portuguesas	66
3.5.1	Período de 1640 a 1750	66
3.5.2	Período de 1750 a 1778	67
3.5.3	Período de 1778 a 1823	69
3.5.4	As Leis Agrárias	70
3.5.5	A estrutura judicial portuguesa	71
3.6	A descentralização política do Brasil Colônia – o papel das Câmaras Municipais	76
3.7	O século XVII e a nova política e administração colonial da Metrópole – atinge as Câmaras Municipais	81
3.8	O direito no período de D. José I e Pombal	84
3.8.1	As leis e os Tribunais da Relação	84
3.8.2	Direito e abuso fiscal da Metrópole contra o Brasil	88
3.9	A estrutura jurídica do Brasil e a administração colonial (1530-1808) ...	90
3.9.1	As capitanias hereditárias	91
3.9.2	O governo geral	101
3.9.3	O Direito Especial	116
3.9.4	O primeiro tribunal brasileiro e o Judiciário	121
3.9.5	A fonte do direito e as Ordenações Filipinas	126
3.9.6	A Lei da Boa Razão	130
3.10	A legislação e administração da época holandesa	133

CAPÍTULO 4 – O CENÁRIO COLONIAL BRASILEIRO: CONTEXTO EM QUE FOI APLICADO O DIREITO LUSO (1500 a 1808)		143
4.1	Fase pré-colonial – a exploração do pau-brasil (“caesalpinia brasiliensis ou echinata”) – uma concessão	143
4.2	Fase colonial (1530-1808)	147
4.2.1	Os primeiros colonos – as capitanias hereditárias (direitos, deveres e fracassos)	147
4.2.2	Causas do fracasso das capitanias	150
4.2.3	A economia – o ciclo da cana de açúcar	151

4.2.4	A pecuária – subciclo	156
4.2.4.1	Consequências	158
4.2.5	Os Governos Gerais – centralização política e administrativa. ...	158
4.2.6	Os governadores – principais decisões	159
4.2.7	Os governadores durante o período do domínio espanhol	163
4.2.8	Os jesuítas e a administração da Colônia	165
4.2.9	A Holanda e sua relação com Portugal e Espanha	168
4.2.10	O domínio holandês no Brasil.	170
4.2.11	As invasões holandesas.	171
4.2.12	O governo de Maurício Nassau – os holandeses e a Colônia (1637-1644).	175
4.2.12.1	A administração após Nassau – a insurreição pernambucana ...	182
4.2.13	A Restauração lusa e o papel das Companhias de Comércio. ...	184
4.2.14	A Restauração e a nova política colonial da Metrópole – uma síntese.	187
4.2.15	A mineração – ouro e diamante	190
4.2.16	Consequências do ciclo da mineração	194
4.2.17	Os reflexos da mineração no cenário mundial	196
4.2.18	A legislação e o poder da Metrópole na área mineradora.	198
4.2.19	D. José I, o Marquês de Pombal e o Brasil	198
4.2.20	Pombal e sua política.	203
4.3	As Revoltas Nativistas no Brasil e os caminhos para a Independência ...	205
4.3.1	Revolta de Beckman (1684) – luta contra os jesuítas e a Companhia de Comércio.	208
4.3.2	Guerra dos Emboabas (1707-1709) – a expulsão dos paulistas.	211
4.3.3	Guerra dos Mascates (1710-1711) – uma luta de classes municipal	213
4.3.4	Rebelião dos Juizes do Povo ou do Maneta (1712) – povo nas ruas	217
4.3.5	Revolta de Filipe dos Santos ou de Vila Rica (1720) – luta contras as autoridades fiscais.	223
4.3.6	Inconfidência Mineira (1789) e as ideias revolucionárias europeias	224
4.3.6.1	A repressão aos Inconfidentes – uma delação premiada?.	239
4.3.7	Conjuração do Rio de Janeiro (1794) – e os escritores	244
4.3.8	Inconfidência Baiana ou Conjuração dos Alfaiates (1798) – Iluminismo, República e igualdade entre negros, pardos e brancos	247

4.3.8.1 Ideologia	248
4.3.9 Conspiração ou Conjuração dos Suassunas (1801) e as Academias	252
4.3.10 A Revolução Pernambucana (1817) e a maçonaria	253
CAPÍTULO 5 – A CONSTITUIÇÃO DE 1824 E A ORDEM JURÍDICA IMPERIAL	263
5.1 A Constituição de 1824	263
5.1.1 O anteprojeto da Constituição da Mandioca – o projeto constitucional e a Constituinte	263
5.1.2 A Carta outorgada de 1824 – a organização do Império	269
5.1.3 Aspectos ideológicos da Carta outorgada	274
5.1.4 A influência do pensamento de Benjamin Constant no constitucionalismo do Brasil Império: a criação do Poder Moderador	278
5.1.5 A práxis do Poder Moderador no Brasil – do liberalismo ao absolutismo ou a ditadura constitucional	286
5.2 Código Criminal (1830) e Código de Processo Criminal (1832) – um avanço liberal	291
5.3 O Ato Adicional de 1834 – uma reação à centralização do Império	293
5.4 A Lei de Interpretação do Ato Adicional.	300
5.5 A ordem jurídica no período (Primeiro Império e Regência)	302
5.6 Considerações sobre a ordem jurídica no Império – a “longa” Constituição de 1824	306
5.6.1 O sistema partidário e o constitucionalismo	308
5.6.2 O Poder Moderador e o Conselho de Estado – as polêmicas no Império	313
5.6.3 O Conselho de Estado – outra discussão no Império	327
5.6.4 O Código Criminal – oposição às práticas das Ordenações	329
5.6.5 A Reforma do Código de Processo Criminal – a Restauração de 1841	330
5.6.6 O Código Comercial – as regras jurídicas do capitalismo no Império	331
5.6.7 O Regulamento 737 – o “substituto” do Código de Processo Civil	334
5.6.8 As leis civis – a luta pela cidadania	335
5.6.9 A Lei das Terras e a Lei das Hipotecas – a propriedade como mercadoria e garantia dos empréstimos	338
5.6.9.1 A Lei das Terras	338
5.6.9.2 A Lei das Hipotecas – Lei n. 1.237/1864	341

5.6.10 O Poder Judiciário e sua estrutura	341
5.6.11 A magistratura e a construção nacional – aspectos gerais	344
5.6.12 A ordem jurídica no período imperial – síntese	352
 CAPÍTULO 6 – A CONSTITUIÇÃO, OS PARTIDOS POLÍTICOS, O POSITIVISMO E OS REPUBLICANOS NO IMPÉRIO	 357
6.1 Os partidos políticos	357
6.2 Forças que levaram à República e ao Positivismo: Exército x Guarda Nacional	360
6.3 Anexos	365
6.3.1 Tabela 1 – A estrutura do sistema judicial no Brasil Imperial.	365
6.3.2 Tabela 2 – Organogramas (início do Império – após maioria – Poder Moderador)	366
6.3.3 Tabela 3 – Ordem jurídica – Brasil / EUA / Europa	367
 CAPÍTULO 7 – CENÁRIO EM QUE FOI APLICADA A CONSTITUIÇÃO DE 1824 E A ORDEM JURÍDICA NO IMPÉRIO (1808 a 1889)	 369
7.1 A fuga da Família Real para o Brasil e suas consequências – transição para o Império no Brasil	369
7.1.1 Política externa	373
7.1.2 Revolução Constitucionalista do Porto (1820) – a monarquia constitucional e as repercussões no Brasil	375
7.2 A regência de D. Pedro e o processo de emancipação política do Brasil. ...	379
7.2.1 A Independência – evolução da crise	380
7.3 O Primeiro Império (1822-1831)	382
7.3.1 A Confederação do Equador – uma contestação à Carta outorgada e em defesa da ideia de República	385
7.3.2 D. Pedro I e a Assembleia de 1826	387
7.3.3 Guerra Cisplatina (1825)	389
7.3.4 Crise política e abdicação	389
7.3.5 Reação à abdicação: a Abrilada	391
7.3.6 Aspectos econômicos do período	392
 CAPÍTULO 8 – FASE REGENCIAL (1831-1840)	 395
8.1 Regência Trina Provisória	396
8.2 Regência Trina Permanente (mudanças constitucionais) – Ato adicional	396

8.3	Regência Una (1835-1840)	398
8.4	As revoltas no período regencial – as tendências republicanas	399
8.4.1	Cabanagem e cabanos (no Pará).....	399
8.4.2	Guerra dos Farrapos – proposta de República	404
8.4.3	Balaíada (1838-1841) – um conflito heterogêneo	413
8.4.4	Sabinada – revoltas de diversos grupos em busca de democracia ...	417
8.5	A economia no período regencial	424
CAPÍTULO 9 – O SEGUNDO REINADO OU A “DEMOCRACIA COROADA” ...		427
9.1	Organização do Império – continuação das revoltas e a “pacificação militar”	428
9.2	As Rebeliões Liberais	429
9.2.1	A revolta em São Paulo e Minas Gerais	429
9.2.2	Revolta Praieira – comerciantes contra latifundiários	431
9.3	Apogeu do Império – o progresso, a política interna e a conciliação (1853 a 1858)	438
9.3.1	A economia – do café à tentativa de industrialização	441
9.3.1.1	O café – novo produto “rei ou real” do Brasil	441
9.3.1.2	O café no Sudeste	443
9.3.1.3	A distribuição das lavouras cafeeiras	445
9.3.2	A tentativa de industrialização brasileira – o papel de Mauá na economia	448
9.3.2.1	Mauá sucumbe ao confronto com o imperialismo	449
9.3.3	Política externa (questão Christie – questões na Região do Prata – Rosas e Oribe – Aguirre)	453
9.3.3.1	Problemas com a Inglaterra	453
9.3.3.2	Questões na Região do Prata	454
	• Guerra contra Rosas e Oribe (1851 – 1852)	455
	• Guerra contra Aguirre (1864 – 1865)	457
	• A Guerra do Paraguai (1864-1870)	458
9.4	Decadência do Império	467
9.4.1	A questão escravocrata – os escravos e a luta pela liberdade no Brasil	467
9.4.1.1	Antecedentes: quilombos e guerrilhas	467
9.4.1.2	Participação dos escravos nas conjurações mineira e baiana	469

9.4.1.3 Revolução Pernambucana de 1817 e a participação dos cativos.....	474
9.4.1.4 Revolta de 1823.....	475
9.4.1.5 Os escravos e a Revolução do Porto	476
9.4.1.6 Os escravos e a independência da Bahia	477
9.4.1.7 Legislação e economia no caminho da alforria	479
9.4.1.8 Lei Áurea (1888) – conflito com a elite escravista	488
9.4.1.9 A abolição e suas consequências.....	489
9.5 A Questão Religiosa e a maçonaria.....	491
9.6 A Questão Militar – um golpe republicano. Foram três as questões militares.....	494
9.7 Descontentamentos populares urbanos – As rebeliões no Império	497
9.7.1 Revolta do Vintém	497
9.7.2 Revolta dos Quebra-quilos.....	499
9.8 A queda do Império – um golpe de estado republicano – Marechal Deodoro.....	500
9.9 Tabela 1 – Gabinetes ministeriais – parlamentarismo à brasileira (1823 a 1878)	503

CAPÍTULO 10 – A CONSTITUIÇÃO DE 1891 E A ORDEM JURÍDICA

NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	513
10.1 A Constituinte republicana (1890) e a Constituição de 1891.....	513
10.2 Características da Constituição de 1891 – poderes, justiça, rendas, Estados, Municípios, STM, direitos, eleições e partidos políticos.....	517
10.2.1 O Poder Legislativo.....	518
10.2.2 O presidente e o vice-presidente da República	519
10.2.3 A dualidade da Justiça	521
10.2.4 Discriminação das rendas	523
10.2.5 Estados e Municípios	523
10.2.6 Declaração de Direitos, Federação, Presidencialismo e uma nova forma de “absolutismo”	524
10.3 A Constituição de 1891 e a influência de outras Constituições	534
10.4 A Reforma da Constituição de 1891.....	537
10.4.1 Considerações sobre as revisões da Constituição de 1891	542
10.4.2 Síntese da reforma da Constituição de 1891 em 1924-1926.....	554
10.4.3 O Código Civil afinal.....	556

CAPÍTULO 11 – O CENÁRIO EM QUE FOI APLICADA A CONSTITUIÇÃO DE 1891 E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS E SOCIAIS – A REPÚBLICA VELHA (1889 a 1930).

(1889 a 1930).	567
11.1 Governo Provisório com Deodoro (15-11-1889 a 24-2-1891)	
– um monarquista na República	567
11.1.1 O Encilhamento	568
11.2 Marechal Deodoro (25-2-1891 a 23-11-1891)	572
11.3 Marechal Floriano Peixoto (23-11-1891 a 15-11-1894) – um governo jacobino.	577
11.3.1 Revolução Federalista	580
11.3.2 A Revolta da Armada	582
11.3.3 A Revolução Federalista – conexão com a Revolta da Armada (uma síntese)	583
11.3.4 O jacobinismo brasileiro	586
11.3.5 Floriano e as relações diplomáticas no período – a política externa	588
11.4 Prudente de Moraes (1894/98) – os civis no poder – a Revolta de Canudos e o Exército – a consolidação da ordem civil. Vice-presidente: Manoel Vitorino.	592
11.4.1 “A sociedade civil no poder”	592
11.4.2 A revolta de Canudos e o Exército	595
11.4.3 A consolidação da ordem civil	599
11.5 Manuel Ferraz de Campos Sales (15-11-1898 a 15-11-1902) – a política dos governadores e o Coronelismo. Vice-presidente: Francisco de Assis Rosa e Silva.	602
11.5.1 Economia	603
11.5.2 A “Política dos Governadores” e o Coronelismo	606
11.5.3 O Coronelismo – conceito e evolução histórica.	608
11.5.4 Sucessão.	615
11.6 Francisco de Paula Rodrigues Alves (15-11-1902 a 15-11-1906) – saneamento do Rio de Janeiro e revoltas. Vice-presidente: Francisco Silviano de Almeida Brandão	615
11.6.1 A Economia	616
11.6.2 O trabalho e a comercialização	619
11.6.3 O saneamento do Rio de Janeiro – Oswaldo Cruz e a vacina obrigatória contra a varíola	620
11.6.4 A Revolta da Vacina	623

11.6.5	A revolta militar no Rio de Janeiro	626
11.6.6	Revolta na Bahia	630
11.6.7	O Convênio de Taubaté (1906)	630
11.6.8	Política externa	635
11.6.9	Sucessão de Rodrigues Alves	640
11.7	Afonso Pena (15-11-1906 a 14-6-1909) – o continuísmo político. Vice-presidente: Nilo Procópio Peçanha.....	640
11.7.1	Sucessão.....	643
11.7.2	A sucessão – campanha civilista.....	644
11.7.3	Rui <i>versus</i> Hermes	645
11.8	Nilo Peçanha (14-6-1909 a 15-11-1910) – um governo tampão e a campanha civilista.....	647
11.9	Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914) – os militares voltam ao poder. Vice- presidente Venceslau Brás.....	648
11.9.1	Os conflitos.....	649
11.9.1.1	A Revolta da Chibata e o episódio do navio Satélite.....	649
11.9.1.2	Conflito da Ilha das Cobras.....	651
11.9.1.3	A Revolta de Juazeiro: A Igreja na política e o papel de Padre Cícero	652
11.9.2	A crise militar.....	656
11.9.3	Política externa	657
11.9.4	A sucessão presidencial	657
11.10	Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918) . Vice: Urbano Santos da Costa Araújo.....	658
11.10.1	Queda de Pinheiro Machado	659
11.10.2	Política externa e economia	662
11.10.3	A Primeira Guerra Mundial e o Brasil	664
11.10.4	A Guerra do Contestado, o messianismo e o imperialismo.....	666
11.11	Delfim Moreira (15-11-1918 a 28-7-1919) – um governo tampão	676
11.11.1	A campanha sucessória	677
11.12	Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (28-7-1919 a 15-11-1922) – vice-presidente: Delfim Moreira	678
11.12.1	Os ministros civis e o Exército	679
11.12.2	A economia	680
11.12.3	A questão dos minérios e Farquhar <i>versus</i> Bernardes	684

11.12.4	A crise social – anarquistas, comunistas e as greves	686
11.12.5	Cronologia do movimento grevista.....	691
11.12.6	A intervenção federal na Bahia	692
11.12.7	Evolução da crise.....	693
11.12.8	Outros fatos do governo de Epitácio Pessoa.....	694
11.12.9	Evolução da crise e sucessão presidencial	695
11.12.9.1	As cartas falsas e a violência na luta pelo poder.....	695
11.12.9.2	Manifesto à Nação do Clube Militar.....	697
11.12.9.3	O fechamento do Clube Militar e a prisão do ex-presidente Hermes da Fonseca.....	700
11.12.9.4	A Revolta do Forte de Copacabana e os tenentes (1922).....	702
11.12.9.5	O Tenentismo.....	705
11.12.9.6	As eleições	706
11.13	Artur da Silva Bernardes (1922-1926). Vice: Urbano Santos, que morreu e foi substituído por Estácio Coimbra	707
11.13.1	Política interna – o Pacto de Pedras Altas e a Revolução de 1924	711
11.13.2	A Grande Marcha – Prestes, o tenentismo e a ideologia	722
11.13.3	Política Externa	735
11.13.4	A cultura no período e a Semana de Arte Moderna	736
11.13.5	A Semana de Arte Moderna na São Paulo cosmopolita	745
11.13.6	A sucessão de Bernardes	746
11.14	Washington Luís Pereira de Souza (15/11/1926 a 24/10/1930) – “A questão social é um caso de polícia”. Vice: Fernando de Melo Viana	747
11.14.1	A economia, as finanças e a Caixa de Estabilização.....	750
11.14.2	A sucessão de Washington Luís e a Aliança Liberal	755
11.14.2.1	Eleição e complô revolucionário	758
11.14.3	O papel da Aliança Liberal na Revolução de 1930.....	762
11.14.4	A Revolução de 1930	765
11.14.4.1	Aspectos econômicos da República Velha (1889-1930) – a questão fundiária (suportes jurídicos).....	770
11.14.4.2	Industrialização e classe operária	773
11.15	Junta Provisória (24/10/1930) – generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e almirante Isaías de Noronha depõem Washington Luís, assumem temporariamente o poder e entregam o governo a Getúlio (3/11/1930)	780
	REFERÊNCIAS	785